

A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO NOME PRÓPRIO E SEU VALOR SEMIÓTICO NO DISCURSO NARRATIVO

Antonia Marly Moura da Silva CRUZ¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar a dimensão simbólica do nome próprio, com base nos princípios do mito e da língua, em geral, e da onomástica poética, em particular. Procura ressaltar o modo pelo qual o Nome assume o estatuto de signo no discurso narrativo, em especial nos textos de *Tutaméia* de Guimarães Rosa.

Palavras-chave: Linguagem, nomes próprios, discurso narrativo, personagens, Guimarães Rosa.

ABSTRACT

The present article has the purpose to define symbolic dimension of the name, based on the principles of the myth and language, in general, and particularly of poetic onomastic. It is attempted to emphasize the way that the name turns a sign in the narrative discourse, giving special emphasis in the Guimarães Rosa's *Tutaméia* texts.

Keywords: Language, names, persone, narrative discourse, Guimarães Rosa.

Introdução

Este trabalho faz referência às abordagens que apresentam o Nome como elemento sagrado, classificatório e significante em nossa cultura, na perspectiva da língua e, em particular, no interior do discurso narrativo. Toma como base pressupostos teóricos referentes ao uso e função do nome próprio, sustentados por filósofos, antropólogos e lingüistas, em particular sobre o funcionamento textual do Nome tratado pela onomástica poética, considerando o que assinala Rigolot sobre a etimologia da palavra:

Lembraremos primeiramente que a onomástica, no sentido técnico, é o ramo da lexicologia que trata dos nomes próprios. Se se reduziu muitas vezes esta ciência ao estudo dos nomes de pessoa, a tendência atual entre os lingüistas é de reunir ao mesmo tempo sob esta denominação o estudo dos nomes de pessoas (antropônimos) e dos nomes de lugares (topônimos) (...). É necessário, contudo, introduzir imediatamente uma distinção porque, do mesmo modo que existem duas espécies de etimologias, também se pode falar de duas onomásticas, "científica" e "poética". A primeira é assunto de eruditos; procede por raciocínios e deduções para reconstruir o sistema de nomes duma língua ou duma região. A segunda é fantasista; nasce do acaso das aproximações de sons e de imagens sem se preocupar com as leis de transformação diacrônica enunciadas pela filologia (1982, p. 138).

¹ Doutora em Letras (Literatura brasileira) pela USP. Professora da Faculdade Natalense para Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Além de tal enfoque, enfatiza o valor semiótico do sistema onomástico no interior do campo literário, ilustrando o papel que desempenham os nomes de personagens nas narrativas de *Tutaméia* de João Guimarães Rosa.

Trata dos “nomes poéticos” de Guimarães Rosa e, em particular, dos nomes próprios que compõem os textos de *Tutaméia*, numa abordagem que não faz distinção entre nomes e apelidos: abrange cognomes, prenomes, sobrenomes e suas variantes sob as denominações de nome próprio e Nome.

O nome próprio – uma palavra sagrada

A idéia de que palavra e coisa mantêm uma relação necessária sempre ocupou um lugar importante nos discursos de lingüistas, filósofos e etnólogos; no *Crátilo* (1963), Platão elegeu o problema da origem da linguagem como matéria nuclear do discurso. De acordo com as idéias expressas por Crátilo, uma das virtudes do nome é instruir, uma vez que quando se conhecem os nomes, conhecem-se também as coisas, o que equivale a dizer que quando se conhece a natureza do nome, conhece-se a natureza da coisa. Nessa perspectiva, o significado precede o significante. O nome é um revelador da essência das coisas. Do ponto de vista de Sócrates, ao nomear-se algo é importante que se indique a essência do objeto nomeado, pois, o nome – uma forma de imitação do objeto, como na pintura – deve atribuir ao que é nomeado uma imagem que lhe convém. Examinando nomes de divindades, de heróis, de fenômenos da natureza, dentre outros, com o intuito de expressar os rigores pelos quais passam o ato de nomear, o filósofo toma uma posição que não privilegia a ação de nomear como uma mera formação de palavras, mas que, traçando uma filosofia lingüística, inclui o discurso e as peculiaridades da linguagem como recursos inerentes e indispensáveis à arte de dar nomes às coisas e aos homens.

De acordo com Kristeva, no *Crátilo* o nome é uma forma de conhecimento da coisa. *O nome é um simulacro pela voz, diferente do simulacro pelo som e pela cor: “por meio das suas letras e das suas sílabas, o autor apodera-se do seu ser (das coisas), de maneira a imitar a sua essência”* (1980, p. 130).

No pensamento mítico acredita-se na íntima relação entre o nome e a coisa e sua latente identidade. Kristeva faz menção a sistemas mágicos, como a magia assíria, por exemplo, para fazer referência a esses atributos do nome em relação ao ser que se nomeia.

Sabe-se que na língua dos acádios “ser” e “nomear” são sinônimos. Em acádio, “o que quer que seja” exprime-se pela locução “tudo o que tem um nome”. Esta sinonímia é apenas o sintoma da equivalência geralmente admitida entre as palavras e as coisas, e que subentende as práticas mágicas verbais (1980, p. 70).

Ainda segundo Kristeva:

o homem primitivo não só se recusa a separar o referente do signo, como também hesita em separar o significante do significado. A “imagem fônica” tem para ele o mesmo peso real da idéia, aliás confundida com a primeira. O homem primitivo compreende a rede da linguagem como uma matéria consistente, de tal forma que as semelhanças fônicas são para ele o índice de semelhança dos significados e por conseguinte dos referentes (1980, p. 73).

Guérios referindo-se ao poder do nome entre os selvagens, apresenta-o como um componente de individualidade carregado de significados mágicos e supersticiosos e,

geralmente, adotado através de ritos e cerimônias para assinalar seu poder valioso. Assinala que *o nome do indivíduo, entre os selvagens e mesmo entre civilizados supersticiosos, é parte essencial, inseparável da sua personalidade; não se deve empregá-lo, proferi-lo, porque fica a pessoa citada em perigo, por virtudes de poderes estranhos* (1979, p. 26).

Cientes de que os signos não são arbitrários e que o nome é uma propriedade natural da coisa, primitivos e poetas estão com Crátilo e esboçam princípios que permitem justificar a concepção de que há um laço necessário entre nome e ser.

No caso particular dos nomes de deuses, Cassirer declara a supremacia do nome e o poder mágico que lhe é inerente.

A identidade essencial entre a palavra e o que ela designa torna-se ainda mais evidente se, em lugar de considerar tal conexão do ponto de vista objetivo, a tomamos de um ângulo subjetivo. Pois também o eu do homem, sua mesmidade e personalidade, estão indissolúvelmente unidos com seu nome, para o pensamento mítico. O nome não é nunca um mero símbolo, sendo parte da personalidade de seu portador; é uma propriedade que deve ser resguardada com o maior cuidado e cujo uso exclusivo deve ser ciosamente reservado. Por vezes, não é apenas o nome próprio, mas qualquer outra designação verbal, que é, desta forma, manejada como uma propriedade física, podendo ser como tal adquirida e usurpada (...) O nome pode desenvolver-se para além deste significado mais ou menos acessório da posse pessoal, na medida em que é visto como um ser substancial, como parte integrante da pessoa. Enquanto tal, pertence a mesma categoria que seu corpo ou sua alma. Conta-se que, para os esquimós, o homem se compõe de três partes: seu corpo, sua alma e seu nome (1992, p. 18).

Cassirer afirma que *o nome é que, antes de mais nada, faz do homem um indivíduo* (1992, p. 69). Na concepção mítica, a individualidade não é algo fixo e imutável, mas uma peculiaridade que muda à medida que mudam as fases da vida; desse modo, o indivíduo assume um outro eu, *esta transformação também se exprime, antes de tudo na troca do nome* (1992, p. 69).

Essas observações, que se referem sobretudo ao sentido profundo e oculto do nome, nos faz lembrar a interpretação etimológica dos exegetas cristãos que atribuem significados aos nomes de acordo com a importância dos eventos sagrados. Como no pensamento mítico, os nomes divinos possuem manifestações peculiares que os aproximam da linguagem metafórica. Nas escrituras sagradas, a inauguração de uma nova era ou de um estado político, era marcado pela mudança de nome do rei; a mudança de nome simbolizava a transformação do caráter ou do destino. Os conquistadores também alteravam os nomes dos reis para demonstrar poder. Deus, por sua vez, é referido por vários nomes diferentes, *e cada um revela algum aspecto do caráter de Deus e de seu relacionamento conosco* (1994, p. 10).

A questão nos remete aos princípios esotéricos e cabalísticos sobre a configuração simbólica dos nomes, sobretudo, os ensinamentos do *Zôhar*; cujas especulações místicas se concentram no nome de Deus. As inúmeras e inusitadas combinações de letras do alfabeto enfatizam o poder divino da palavra, instrumento de criação, e a inseparável ligação com a coisa nomeada, o que resultou daí o mito da formação do universo pela combinação das letras do alfabeto, que se lê de forma equivalente no primeiro capítulo do *Gênesis*. No texto bíblico, a palavra, divina e poderosa, figura como instrumento transcendental de criação. A natureza divina da palavra tem a capacidade de revelar a essência da coisa significada, portanto, determinada por um destino, formava um elo indissolúvel com o seu significado. Questão que se estendia também à natureza do

nome. Convém por em evidência, entretanto, a fatal identificação entre palavra e coisa que caracteriza a concepção cabalística do verbo, presente nos textos sagrados, e a oposição que singulariza os pressupostos defendidos pelos lingüistas modernos.

Modernamente afirma-se que a palavra é uma sigla arbitrária, convencional, totalmente independente da entidade que designa; assim como as letras são signos convencionais para designar os respectivos sons componentes da palavra. Porém, pelo sistema de lingüística mística adotado no Séfer, há uma total dependência, e até fatal identificação, entre a palavra e a coisa por ela designada, assim como entre as letras e a substância de que são formados os objetos nomeados pelas respectivas palavras./Tais conceitos talvez tenham sido sugeridos aos antigos pelo fato de preexistirem as palavras às coisas, aos indivíduos e aos fenômenos por ela designados. No plano filosófico verificava-se, em decorrência, o prestígio místico do verbo, cuja existência antecederia o mundo e que posteriormente se fez substância. Isto lembra o gnosticismo grego, a teoria do logos na filosofia de Filon o judeu, significando uma síntese entre a palavra criadora do Gênesis e as idéias de Platão, e finalmente, o Evangelho segundo João, versando a encarnação do verbo. Tudo de uma forma confusa que não permite distinguir claramente se a lingüística é influenciada pela metafísica, ou se esta é influenciada por aquela. Daí não poder o leitor moderno deixar de ficar perplexo diante de afirmações daquela espécie, e de indagar se criou o homem por convenção a palavra, para designar os objetos, ou se criou esta as realidades que ela designa, inclusive o homem (LIPINER, 1992, p. 97).

O que podemos inferir daí, no entanto, é que o processo de combinação de letras e sons, sobretudo, no que se refere à destruição/alteração dos nomes próprios bíblicos acentua a supremacia do sistema onomástico e a ilimitação do signo. Os nomes carregam um sentido místico que é afirmado nos componentes gráfico e fônico que os constituem. O significado dos nomes próprios, desse modo, decorre de interpretações simbólicas e alegóricas que reforçam o poder etimológico da palavra. Os significados multiplicam-se por metáfora ou extensão etimológica para dar ao nome um novo sentido.

No domínio de eficácia do nome, torna-se oportuna a defesa de Cassirer sobre os fenômenos essenciais da consciência lingüística:

a palavra não exprime o conteúdo da percepção como um mero símbolo convencional, estando misturado a ele em unidade indissolúvel. O conteúdo da percepção não imerge de algum modo na palavra, mas sim dela emerge. Aquilo que alguma vez se fixou numa palavra ou nome, daí por diante nunca mais aparecerá apenas como uma realidade, mas como a realidade. Desaparece a tensão entre o mero "signo" e o "designado"; em lugar de uma "expressão" mais ou menos adequada, apresenta-se uma relação de identidade, de completa coincidência entre a "imagem" e a "coisa", entre o nome e o objeto (1994, p. 75).

Verifica-se, portanto, que entre os povos ditos primitivos e nas escrituras sagradas, o nome é inseparável da coisa e do indivíduo, daí decorre o respeito dispensado e o valor mágico a ele atribuído.

Freud assinala que os selvagens encaram o nome como uma parte essencial da personalidade de um homem e como uma posse importante: *eles tratam as palavras, em todos os sentidos, como coisas* (1997, p. 64). Referindo-se a aplicação de nomes como fator decisivo na origem do totemismo, completa Freud:

Diferentemente de nós, os povos primitivos (bem como os selvagens modernos e até mesmo nossos próprios filhos) não encaram os nomes como algo de indiferente e convencional, mas sim como significativos e essenciais. O nome de um homem é um componente principal de sua personalidade, talvez mesmo uma parte de sua alma. O fato de um nome primitivo portar o mesmo nome de um animal deve tê-lo levado a presumir a existência de um vínculo misterioso e significativo entre si próprio e essa determinada espécie animal. Que outro vínculo poderia ser esse senão o de parentesco de sangue? (1997, p. 117).

A dimensão simbólica do Nome empreende uma reflexão na qual a representação de uma coisa pode adquirir um valor simbólico de nome próprio e tornar-se uma marca distintiva do seu portador.

Lévi-Strauss examinando tribos africanas constata que esses povos formam seus nomes próprios com base nas denominações clânicas; os nomes procedem de um saber sagrado e esotérico ou estão ligados à personalidade social com o intuito de evidenciar costumes, ritos e proibições, apresentando um caráter totêmico. Justifica o nome como característica fundamentalmente classificatória e relacional: os elementos pragmáticos intervêm claramente em todos os casos em que o nome funciona como designação individual. O nome está para o último nível classificatório: o da individuação (1997, p.193).

Assim, podemos afirmar que o Nome está a serviço da classificação e, a partir de um sistema simbólico e da subjetividade de quem nomeia, opera a individuação do seu portador.

Os nomes próprios, portanto, formam um sistema de signos, têm a função de classificar os indivíduos segundo os critérios que variam de uma cultura para outra. A variedade dos princípios classificatórios determina o sistema antroponímico: sexo, gênero, filiação, lugar de nascimento, costumes, qualidades, origem, estatuto social, atributos, critérios que são combinados para consagrar a integração de um indivíduo num grupo. Os nomes são atribuídos por aplicação de uma regra ou são inventados para atuar como uma forma de reconhecimento social; funcionam como um suporte conceitual e relacional, em muitos casos, assumindo um caráter metonímico e metafórico que o aproxima dos nomes de outras espécies.

Essa concepção põe em foco a distinção crucial entre a posição dos lingüistas que concebem o nome próprio de forma diferenciada do nome comum. Referindo-se aos nomes próprios e aos nomes de espécie no âmbito da nomeação, Lévi-Strauss defende que não existe nenhuma diferença fundamental entre os dois tipos, para destacar que:

Enquanto provenientes de um conjunto paradigmático, os nomes próprios formam, então, a franja de sistema geral de classificação: eles são, ao mesmo tempo, seu limite e prolongamento. Quando entram em cena, a cortina se ergue para o último ato da representação lógica. Mas a extensão da peça e o número de atos são fatos de civilização não de língua. O caráter mais ou menos "próprio" dos nomes não é determinável de maneira intrínseca nem por sua comparação com as outras palavras da linguagem; ele depende do momento em que cada sociedade declara terminada sua obra de classificação. Dizer que uma palavra é percebida como nome próprio é dizer que ela está situada num nível além do qual não se requer nenhuma classificação, não absolutamente mas no seio de um sistema cultural determinado. O nome próprio sempre permanece do lado da classificação (1997, p. 240).

Há, portanto, em relação ao Nome, em textos sagrados e mitológicos, uma cumplicidade que define a concepção de linguagem e o estatuto do nome próprio. De acordo com suas manifestações, que ocorrem a partir de procedimentos da realidade

imediate e pressupõem dimensões mais amplas que a palavra, pois proclamam a recuperação da dimensão sócio-histórico-cultural do sujeito nomeado, o nome próprio, enquanto elemento de classificação, é governado por princípios que refletem e determinam as condições culturalmente prescritas de conveniência semântica. O suporte descritivo e classificatório do Nome depende de toda uma simbologia reconhecida por cada cultura.

O que poderíamos denominar, com Crátilo, o nome enquanto elemento de *instrução*, capaz de revelar a essência daquele que é nomeado – opera-se no pensamento dos primitivos, ligado à concepção platônica, como um projeto classificatório e sistemático, comandado por crenças, superstições e uma laboriosa técnica figurativa, simbólica e abstrata da parte de quem nomeia, que determina a relação entre o nome próprio e o seu portador.

Até aqui é possível constatar o papel significativo dos nomes próprios, entretanto, torna-se oportuna a indagação: “Para quem o nome significa? Para aquele que nomeia ou para o portador do nome?” De acordo com Molino, para compreendermos a dimensão significativa do nome próprio é importante distinguir as regras de recepção, de compreensão e as regras de sua produção separando as três dimensões simbólicas que regem cada uma dessas situações (1982, p. 18).

O estatuto lingüístico do nome próprio

Filósofos e antropólogos, muito mais que os lingüistas, se interessaram pela semântica do nome próprio: saber se o nome tem um sentido tem sido uma das questões mais debatidas. O estatuto lingüístico do nome próprio, entretanto, tem sido objeto de controvérsia entre filósofos e também entre os lingüistas (Ullmann apud LYONS, 1980, p. 180). Esses últimos mostram que *a relação existente entre um nome próprio e o seu portador é muito diferente da relação existente entre um nome comum e seus denotata* (LYONS, 1980, p. 178). O que se destaca nas observações de antropólogos é a constatação do nome como critério de reconhecimento e operador de classificação. Para os lingüistas, entretanto, o que se verifica é o fato de que *a função canônica do nome próprio* (MOLINO, 1982, p.17) é a identificação de um indivíduo. De acordo com Lyons:

Os nomes próprios, tal como são empregues no comportamento lingüístico quotidiano, têm duas funções características: referencial e vocativa (...) os nomes são freqüentemente usados simplesmente para chamar a atenção do interlocutor para a presença da pessoa que se nomeia ou para lembrar ao auditor a existência ou importância dessa pessoa. Pode, ao enunciar-se um nome próprio, dar-se-lhe uma modulação paralingüística que permita interpretá-lo como um aviso, uma evocação, uma exclamação de espanto, etc. Não é preciso, porém, que haja uma predicação precisa ou explícita. Além disso, é razoável pensar que é esta função, que se poderia chamar quase-referencial – em vez de plenamente referencial –, que serve de base ao ulterior desenvolvimento da verdadeira referência nas línguas naturais./Por função vocativa (ou função de chamada) dos nomes próprios entende-se a sua utilização para atrair a atenção da pessoa que está a ser chamada ou intimada. Uma vez mais, esta função parece fundamental no sentido de que não é redutível a qualquer outra função semiótica, embora a enunciação vocativa de um nome próprio, tal como a quase-referencial, possa ser modulada paralingüisticamente de modo a dar uma informação suplementar, e sobretudo indicial (1980, p. 178).

Nesse sentido, o nome próprio funciona como uma etiqueta que visa demarcar e delimitar o indivíduo de forma a abarcar as dimensões que o particularizam, sobretudo

dentro da noção de pessoa intimamente relacionada com a continuidade proposta pelos componentes de espaço e de tempo. Os nomes constituem uma categoria lingüística que se opõem à dos nomes comum.

Molino sustenta que a representação do nome próprio em nossa cultura, abarca o problema fundamental de orientação na sociedade. A nomeação é um código que efetua o recorte da realidade num universo de referência: o indivíduo (eu-aqui-agora) e a dimensão pragmática, realizada fora de seu domínio (ele-lá-então) projetando-o em uma dada realidade. O funcionamento pragmático – certos aspectos ligados à significação que são resultantes do uso do Nome na sociedade – organiza os valores que o balizam enquanto categoria lingüística.

O problema primordial reconhecido ao nome no sistema das línguas é o da concepção de *designador de referente*, uma espécie de denominação do sujeito nomeado tendo como base todo um sistema organizado com a função de mostrar e indicar o portador do nome, de forma interrelacionada com outros recursos lingüísticos de caracterização, dentre os quais, os títulos honoríficos, os dêiticos... É uma das formas de indicar o indivíduo num conjunto, identificando-o dentro de uma situação discursiva. Seu sentido emerge do próprio discurso e se apóia nos componentes articuladores da língua.

Como um elemento reconhecido em sua dimensão pragmática, o nome próprio informa uma constelação de singularidades que determinam o sujeito nomeado, propriedades que são do conhecimento de quem o nomeia. Características ulteriores do indivíduo – seu comportamento habitual e opiniões – antecipam seu reconhecimento, pois são peculiaridades consideradas *a priori* no sentido de definir sua individualidade.

Ciente de que os elementos pragmáticos intervêm claramente no funcionamento dos nomes de pessoas, considerando sobretudo a posição de Lévi-Strauss que em seus estudos etnológicos observa o funcionamento classificatório e relacional do nome próprio, lingüistas modernos mostram-se sensíveis às propriedades atribuídas ao nome, levam em consideração a subjetividade do indivíduo que nomeia e não negam que o ato de nomear carrega em si toda uma hierarquia convencional adotada – prenome, nome de família ou sobrenome – para constituir-se como uma marca de individuação. Escolhido, criado, transformado por um parente, determina a vida do indivíduo nomeado desde o momento de seu nascimento.

O nome poético

Concebemos como nome poético os nomes próprios que se encontram colocados em posição de texto, obedecendo a tipologia sustentada por Rigolot (1982). Buscamos o valor semiótico do nome, acatando-o como um signo motivado e preso à estrutura discursiva do texto literário – *desafio lançado pelo poeta no sentido de destruir a resistência do nome ao sentido usual* (RIGOLOTT, 1982, p. 139).

O estudo do funcionamento textual do nome próprio ocupa o papel principal da onomástica literária. Rastrear o trabalho etimológico e as questões ligadas à construção do personagem dentro de um universo romanesco têm sido objeto de preocupação de muitos estudiosos da literatura, que consagram ao Nome um importante papel na teoria do texto romanesco. Entretanto, na concepção de muitos deles, a função primordial reconhecida ao nome é a identidade. Para os formalistas russos e Saussure, o nome aparece como um elemento central na semiótica do personagem e na tipologia narrativa em geral (NICOLE, 1983, p. 233). Tomachevski menciona o nome próprio com o elemento mais simples no processo de caracterização e aponta o nome do herói como um recurso que pode ter a função de “máscara” – *motivos concretos correspondentes à psique do personagem* (1973, p. 194). Segundo Wellek & Warren, a mais simples forma de caracterização do personagem é pelo nome deles. Cada “apelação”, do ponto de vista

desses autores, funciona como uma espécie de vivificação, animação, individuação. (1971, p. 276).

O nome próprio, nessa perspectiva, introduz o encaminhamento de caracteres que só são revelados de forma semiológica no interior das seqüências narrativas. É um atributo que configura os motivos em torno dos quais são afixados os personagens.

Nicole, considerando a especificidade do uso literário do Nome no texto romanesco, aponta três funções do nome próprio: identificar, classificar e significar (1983, p. 235), afirmando-o como uma marca do personagem capaz de sustentar a transferência de características significantes efetuadas no interior do discurso narrativo.

A função do nome próprio romanesco, portanto não se encontra fora do âmbito da própria linguagem que o constitui, pois acaba, inevitavelmente, por tematizar a própria poesia do texto. O Nome apresenta-se como uma forma poética da condensação, materialização em que o significante abriga uma enorme carga de significado.

Os nomes próprios romanescos configuram-se, no interior do discurso narrativo, como signos que mantêm uma função de introduzir no texto uma relação com o que ele significa. Mais precisamente, assumem o papel de aprovar e validar elementos gerais empregados na caracterização do personagem e na estrutura narrativa, em particular, as propriedades significativas contidas no simbolismo fonético e no nível gráfico usados como recursos para designar o personagem na dita situação. Podemos dizer, com Nicole, que as virtualidades de semantização do nome próprio contêm um significante teoricamente sem significado, mais poeticamente “integrável” à categoria lingüística de nome comum por sua estrutura formal (1983, p. 247). Dessa maneira, o nome pode tirar proveito das relações existentes entre os níveis fonológicos e morfológicos regidos pelas regras de composição próprias de cada língua. (NICOLE, 1983, p. 247).

Analisando a obra de Proust, Barthes menciona a reminiscência como pertencendo ao mundo referencial, embora não constituindo-se diretamente como uma unidade do discurso. Nesse sentido, aponta os nomes próprios como um traço lingüístico capaz de constituir a essência dos objetos romanescos.

O Nome próprio dispõe das três propriedades atribuídas pelo narrador à reminiscência: o poder de essencialização (pois designa apenas um referente), o poder de citação (pois é possível evocar sempre que se queira toda a essência contida no nome, bastando para tanto que ele seja proferido), o poder de exploração (pois é possível “desdobrar” um nome próprio, tal como se faz com uma lembrança): de certa forma, o Nome próprio constitui a forma lingüística da reminiscência (1986, p. 58).

Completa:

O Nome próprio também é um sinal e não por certo um simples indício que serviria para designar, como pretende a concepção corrente, desde Peirce até Russell. Como sinal, o nome próprio presta-se a uma exploração, a um deciframento: é ao mesmo tempo um “meio” (no sentido biológico do vocábulo), onde devemos mergulhar, banhando-nos indefinidamente em todos os devaneios nele contidos, e um objeto precioso, comprimido, perfumado que devemos abrir como se fosse uma flor. Em outras palavras, se o Nome (...) é um sinal, trata-se de um sinal volumoso, de um sinal sempre pejado de uma densa espessura de sentido, jamais desbastado pelo uso ao contrário do nome comum, que só entrega um sentido por sintagma (1986, p. 59).

O Nome, enquanto forma lingüística de reminiscência, tal como propõe Barthes, repõe o problema num sentido semiologicamente mais amplo, pois, penetrado pelos

recursos paradigmáticos da obra, obriga a uma leitura que ultrapassa a superfície do texto, faz confluir narração, personagem, nome e língua.

A teoria proustiana do Nome investe a favor da simetria entre o nome e a realidade romanesca do personagem para insistir no poder do universo simbólico que o nome comporta. Segundo Barthes:

o nome proustiano dispõe inteiramente das duas grandes dimensões do signo: por um lado, ele pode ser lido isoladamente, “em si mesmo”, como uma totalidade de significações (...), como uma essência (uma “entidade original” afirma Proust) ou, se preferirmos, uma ausência, pois o signo designa o que está ausente; e por outro lado, mantém com seus congêneres relações metonímicas, funda a Narrativa (...). Se em Proust o nome próprio possui esta função ecumênica, resumindo em suma toda a linguagem, é porque a sua estrutura coincide com a da própria obra: penetrar pouco a pouco as significações do nome (como o faz incessantemente o narrador) é iniciar-se ao mundo, é aprender a decifrar suas essências: os signos do mundo (do amor, da mundanidade) constituem-se das mesmas etapas que os seus nomes (1986, p. 65).

Lançando mão do poder do signo, o autor referido admite o caráter significante e não indicial do nome próprio. Evidencia as possibilidades oferecidas pela motivação do nome na estrutura romanesca e ilustra de que forma o nome se inscreve como um mistério da gênese textual.

Na análise da obra de Dostoievski, Schnaiderman defende a função poética como elemento fundamental para a compreensão do texto. Em particular, na análise do texto “O senhor Prokharitchin”, destaca a linguagem poética como um dos procedimentos indispensáveis para a compreensão do que ele chama *visão criativa* que o autor nos transmite. O autor aponta o uso dos nomes próprios significativos dando ênfase a sua funcionalidade no texto que ele chama de *transliteração do nome*, segundo ele, um recurso que não pode ser negado na leitura da obra de Dostoiévski. Schnaiderman frisa a relação do nome com o que ele significa, com a temática essencial do conto. Afirma Schnaiderman:

Este uso dos nomes próprios significativos nem sempre tem a função de colocar desde o início máscara na personagem, definindo-a. Às vezes, só depois da leitura é que se percebe a relação entre o nome próprio e o papel da personagem. É o caso, por exemplo, do nome Raskólnikov, que tem relação com raskol, heresia (o que lhe dá certa semelhança com Heregino), mas só depois da leitura de Crime e castigo, e com um pouco de reflexão, é que se percebe: realmente, para o narrador, o criminoso é um herege (...). /O jogo de palavras que deu origem ao nome, relaciona-se com a exploração das possibilidades de formação de verbos a partir da palavra khartchi. Assim, no romance O Sósia, imediatamente anterior ao conto, aparece a forma iskhartchílsia, isto é, no pretérito, e também no sentido de ter gasto o dinheiro com a comida, não obstante o pré-verbo diferente./O nome Prokharitchin é explorado no conto, tanto na sua semântica, que é claramente indicada, como nas possíveis variações alusivas (1982, p. 118).

Com efeito, a motivação do nome próprio é uma forma de produção de significados para reduzir a sua *opacidade natural*, como bem colocou Rigolot (1982, p.141).

Nome de personagens em *Tutaméia* de Guimarães Rosa

Os nomes próprios na obra de Guimarães Rosa derivam de um elaborado jogo de “esconde-esconde” entre o sentido e a forma. Em *Tutaméia*, o autor procura explorar as virtualidades da palavra situando-a numa rede de relações em que rimas, assonâncias e aliterações estão sempre presentes – o nome adquire o estatuto de palavra, um meio pelo qual a ação caminha. O Nome não atua como um mero elemento de identificação, é um signo motivado que apresenta uma relação direta entre o significante e o referente.

Na referida obra, os nomes de personagens e todos os seus efeitos dependem do funcionamento do texto, seu caráter significativo não é apreendido somente na forma ou no manancial temático que subjaz à estrutura narrativa, é na instância da *enunciação metafórica* e em suas marcas deixadas no discurso que é possível encontrar um liame significativo entre o nome e a estória narrada. Ao redor da questão da identidade e da instabilidade do nome estrutura-se o processo de construção do personagem. É através do nome que o personagem é definido em relação a sua própria performance dentro da narrativa.

Ana Maria Machado ao referir-se ao papel do nome na obra de Guimarães Rosa destaca:

o Nome não tem apenas a função de indicar um personagem ou de individualizá-lo, nem mesmo de caracterizá-lo sumariamente de modo alegórico. O nome próprio, em Guimarães Rosa, significa, ao contrário de todas as opiniões clássicas a respeito da não-significação do Nome. Na obra rosiana, esse significado pode ligar-se à função do personagem na narrativa: (...) Mas o mais importante é que essa significação nunca é isolada e só se verifica realmente se o Nome é também tomado no conjunto do texto, como parte de um sistema, em que um elemento só existe por oposição aos outros (1976, p. 119).

O Nome rosiano parece querer buscar a transcendência da palavra ao criar um recurso narrativo que destaca a aglutinação sonora e espacial e cria um tipo de linguagem em que a palavra-nome, ganhando peso e medida, instaura a individuação do sujeito nomeado.

Em “Desenredo”, e “Orientação” a plurinomeação põe em foco sujeitos fadados a conviver com a sua multiplicidade, sujeitos que convivem numa atmosfera ambígua e dupla. Os vários nomes geram a possibilidade da cesura no sentir e pensar desse sujeito múltiplo que é, ao mesmo tempo, o *outro* e ele mesmo.

O papel do nome próprio, nesses contos, é justamente o de atuar como um signo que traduz esse sujeito múltiplo e duplo, cindido em sua própria contradição. Numa elaboração análoga à do processo alquímico, o Nome reduplica-se de forma anagramática nos trocadilhos de letras e de sons para inserir o sentido mágico e encantatório da linguagem através da qual se anuncia e se antecipa o conteúdo do todo ficcional.

Na diversidade do nome, o sujeito convive com a duplicidade, e na confusão interior, busca a unidade na diversidade. Personagens atuam como narcisos dilacerados: os reflexos do “eu” estão representados na bipartição do nome. Metaforicamente, esses sujeitos são seres dilacerados pelas circunstâncias existenciais, através do nome eles sofrem sua divisão. Tudo ocorre tal qual a representação de imagens de vários espelhos, sob vários ângulos. Os espelhos refletem o sujeito que se contempla dando-lhes, numa só cena, várias possibilidades contemplativas ou facetas distintas de um só ser. Relacionados às questões de identidade, observa-se a integração do “eu” e do “não-eu”, o caráter dúplice do indivíduo que é capaz de separar-se de si mesmo e incorporar o papel de um “outro” ocultado na cisão de vários nomes.

O conto “Mechéu”, desde o seu título, causa certo estranhamento no que diz respeito à significação da palavra e ao enredamento fabular. Buscando o que esse título

tem de simbólico e de representativo, é possível objetar que a problemática do *eu* seja uma temática dominante ao redor da qual gravitam outros aspectos da narrativa. Os componentes formais da palavra “me”, “ich”, “eu” por sua natureza denotativa nos fazem pensar que é o espectro do narcisismo que embasa a estrutura narrativa, problema textualmente referido na narrativa – *Será já em si o “eu” uma contradição?* (ROSA, 1979, p.90). Desde o título, o personagem de mesmo nome, tem suas características desnudadas. Através do nome tudo converge para antecipar a essência semântica da estória narrada, criando um tipo de máscara que delinea o personagem no ato mesmo de nomeação. No nome, Mechêu tem sua marca distintiva, ele é vítima do egoísmo e do egocentrismo que o caracteriza: um sujeito singular e portador de aspectos doentios da personalidade.

Mechêu é um Narciso pelo avesso, agarrado à sua própria imagem, incapaz de distinguir entre o que ele é e o que imagina ser. Os fios de sua existência narrativa ganham tessitura na ânsia de tornar manifesta sua condição de unidade. Pois Mechêu *Melhor consigo mesmo se entendia, a meio de rangidos e resmungos* (ROSA, 1979, p. 89).

Nos contos “Antiperipléia” e “Sinhá secada” a não nomeação dos personagens e o anonimato são marcas significativas no problema de individuação do personagem. O anonimato funciona como um recurso para despersonalizar as heroínas. Em “Anti-peripléia” a não nomeação é a forma encontrada pelo narrador para afirmar a personagem da maneira mais geral possível, tirando-lhe o direito de individualizar-se na qualidade de sujeito. Em “Sinhá secada”, por sua vez, o anonimato reitera o papel do disfarce, permite a nulidade da mulher no espaço de estranhos e revela a natureza de quem cultua um estado de alheamento diante de todos e do mundo que a circunda.

Em “Se eu seria personagem”, por sua vez, a trama opera-se através de um relato em primeira pessoa de um personagem anônimo, revoltado com o amigo Titolívio Sérvulo ou T., o indivíduo que vive às margens de sua performance, como uma sombra, sempre a imitar seus gestos e atitudes, o sujeito que rouba a cena do personagem-narrador além de roubar-lhe também a mulher, objeto de seu desejo. A narrativa em primeira pessoa confere à *obra anônima* (ROSA, 1979, p.141), desse sujeito também anônimo, o mistério metafísico da existência, recurso empregado para presentificar a complexidade da condição humana.

O narrador não se identifica para que seus atos, através do seu nome, não adquiram conseqüências públicas, pois o nome próprio individualiza-o e confere-lhe existência. O sujeito sem nome, assim, mostra-se alheio a si mesmo. O anonimato é uma forma de negação; sem um nome, ele anula-se no discurso narrativo. O relato é uma lembrança, como um testemunho que quer ser impessoal. Em seu testemunho, o narrador divide e confessa ao leitor o fato de que seu amigo T. vive de imitá-lo, de copiá-lo.

Sob a capa do anonimato do personagem que narra, cria-se no discurso narrativo um cenário favorável à indeterminação almejada, questão que percorre todo o discurso enunciado por esse sujeito que deseja camuflar sua verdadeira realidade.

O Nome rosiano, portanto, tem por fim resgatar e solidificar a matéria vertente de uma rede nebulosa de signos, recebe um tratamento metafórico e imagético que privilegia o enigma, o sentido silenciado e o mistério que circunda a estrutura narrativa.

O modo de Guimarães Rosa lidar com a essência e significado do Nome não deixa de ser particularmente curioso: verifica-se, por um lado, que o escritor manifesta um interesse indiscutível pelo teor semântico do nome próprio, por outro lado, faz prevalecer a poeticidade da forma – destaca a configuração fônica e gráfica, diferente de muitos dos nomes do escritor que são orientados para fazer eclodir um discurso “mimético” que aflore significados de forma velada. O que se observa em boa parte do repertório analisado é o fato de que muitos dos nomes atraem mais pelos seus componentes materiais – forma, letra, som, variação lexical – do que pela carga semântica.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. Proust e os nomes. In: *Novos ensaios críticos*. O grau zero da escritura. Trad. H. de L. Dantas. et. al. São Paulo: Cultrix, 1986. p. 55-67.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale 2*. Paris: Gallimard, 1974.
- BROMBERGER, C. Pour une analyse anthropologique des noms de personnes. In: Le nom propre. *Langages*, 66, juin. 1982, p. 103-124.
- CASSIRER, E. *Linguagem e mito*. 3. ed. Trad. J. Guinsburg e M. Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CÉSAR FILHO, Y. M. *Os nomes de Deus no Antigo Testamento*. São Paulo: FFLCH/DLO, 1994. (Dissertação de Mestrado) mimeo.
- CORBLIN, F. Les désignateurs dans les romans. *Poétique*, 54. Paris: Seuil, 1983. p. 199-211.
- COSERIU, E. O plural nos nomes próprios. In: *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Trad. A. D. Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1979. p. 193-208 (Coleção Linguagem, 3).
- CURTIUS, E. R. Etimologia como forma de pensamento. In: *Literatura européia e idade média latina*. Trad. P. Rónai e T. Cabral. São Paulo: EDUSP; Hucitec, 1996. p. 605-611.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. Trad. M. Schnaiderman e R. J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1973. p. 101-146 (Estudos, 16).
- ECO, U. James Bond: uma combinatória narrativa. In: BARTHES, R. et. al. *Análise estrutural da narrativa*. 2. ed. Trad. M. Z. Barbosa Pinto. Rio de Janeiro: Vozes, 1971. p. 136-162.
- FREUD, S. *Totem e tabu*. Trad. Ó. C. Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GRANGER, G. A quoi servent les noms propres? In: Le nom propre. *Langages*, 66, juin. 1982, p. 21-36.
- GUÉRIOS, R. F. Mansur. *Tabus lingüísticos*. 2. ed. Aum. São Paulo: Nacional; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1979.
- _____. *Nomes e sobrenomes: tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram*. 4. ed. São Paulo: AM edições, 1994.
- JAKOBSON, R. O que fazem os poetas com as palavras. *Colóquio/Letras*. São Paulo, março, 1973, n. 12.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Trad. M. M. Barahona. São Paulo: Edições 70, 1980.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. 2. ed. Trad. T. Pellegrini. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- LIPINER, E. *As letras do alfabeto na criação do mundo: contribuição à pesquisa da natureza da linguagem*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- LYONS, J. Os nomes próprios. In: *Semântica I*. vol. I Trad. W. Ramos. Lisboa: Presença, 1980. p. 177-187.
- MACHADO, A. M. *Recado do nome: uma leitura de Guimarães Rosa à luz dos nomes de seus personagens*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MOLINO, J. Le nom propre dans la langue. In: Le nom propre. *Langages*, 66, juin. 1982, p. 5-19.
- NICOLE, E. L'ononastique littéraire. *Poétique*, 54. Paris: Seuil, 1983. p. 233-253.
- PLATÃO. *Crátilo*: diálogo sobre a justeza dos nomes. Trad. Pe. Dias Palmeira. Lisboa: Sá da Costa, 1963.
- REY, A. La semantique du nom. *Théories du signe et du sens: lectures II*. Paris: Klincksieck, 1976. p. 99-109.
- RIGOLOT, F. Retórica do nome poético. In: TODOROV, T. et. al. *O discurso da poesia*. Trad. De L. Reis e C. Reis. Coimbra: Almedina, 1982. p. 136-165. (Poétique, 28).
- ROSA, J. G. *Tutaméia*: Terceiras Estórias. 5a. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.
- SCHNAIDERMAN, B. Entre a prosa e a poesia. In *Dostoiévsky: prosa e poesia*. "O senhor Prokharitchin". São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 108-123.
- SCHOLES, R. et. al. The signature. *Text book: an introduction to literary language*. New York: St. Martin's Press, 1988. p. 236-285.
- TOMACHEVSKI, B. Temática. In: *Teoria da literatura II*. (Textos dos formalistas russos apresentados por Tzvetan Todorov. Trad. I. Pascoal. Lisboa: Edições 70, s/d/ p. 169-174 (Coleção signos).
- WELLEK, R. & WARREN, A. *Teoria da literatura*. Lisboa: Europa-América, 1971.